

Não há erro nas contas de Ibsen

O deputado Ibsen Pinheiro afinal ganhou o benefício da dúvida que tanto reivindicava desde que seu nome despencou da galeria dos homens sérios e respeitáveis do Congresso para a dos envolvidos nas ladroagens da Comissão de Orçamento.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), amigo pessoal de Ibsen, aproveitou uma sessão do Congresso ontem para requerer que o presidente e o relator da CPI do Orçamento se pronunciassem urgentemente sobre a veracidade ou não de rumores de que teria havido um estupendo erro na contabilização das contas bancárias de Ibsen.

Maurílio garantia ter informações de fontes fidedignas de que todo o dinheiro recebido por Ibsen nos últimos cinco anos não passaria de US\$ 350 mil. Na semana passada, os jornais publicaram em manchetes que as contas de Ibsen registravam a passagem de US\$ 1,1 milhão.

"Não estou dizendo que o Ibsen é inocente. Não sou defensor dele, mas da lisura de um processo. Se a CPI comprovar que Ibsen está envolvido, voto pela cassação dele no plenário. Mas se as contas divulgadas até agora estiverem incorretas, não posso aceitar que alguém seja linchado dessa maneira", disse Maurílio.

A questão levantada por Maurílio levou o presidente da sessão do Congresso, Humberto Lucena, a falar com o presidente da CPI, que em seguida se reuniu com a Subcomissão de Bancos. Lucena também procurou o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, pedindo que entrasse no assunto. Inocêncio disse às 19h que se reuniria mais tarde com o senador Jarbas Passarinho para tirar as dúvidas levantadas por Maurílio.

As dúvidas, na verdade, existem, mas ainda são sobre a origem de tanto dinheiro depositado nas contas de Ibsen. Embora Ibsen continue sustentando que não recebeu tamanha fortuna, e até tenha ido ontem a São Paulo levando todos os seus documentos bancários para uma auditoria particular oferecida por um especialista financeiro, a Subcomissão de Bancos garante que não há risco de erro em seus números.

O que existe é uma confusão de conceitos entre renda líquida e movimentação bancária, ocorrida também na época da CPI de PC Farias e Fernando Collor. Renda líquida é o dinheiro efetivamente depositado numa conta corrente. Movimentação bancária é a soma de todos os créditos registrados na conta. Se alguém tem CR\$ 1 milhão, tira CR\$ 100 mil para aplicar em outro

banco e depois leva de volta essa aplicação para a conta original, a movimentação, tecnicamente, acabou sendo de CR\$ 1,1 milhão, mais os rendimentos obtidos na aplicação.

O deputado é economista Aloizio Mercadante (PT-SP), que se lembra muito bem da confusão da mesma natureza havida na época da CPI do PC, foi contra a divulgação do total da movimentação bancária de Ibsen, temendo que se suspeitasse de erro, sem fundamento.

Concretamente, Ibsen tem em suas contas grandes depósitos que ainda não conseguiu explicar. No dia 21 de fevereiro de 1990, recebeu três depósitos que montam US\$ 390 mil. Em abril de 1991, entrou em sua conta um cheque de US\$ 171 mil. E há os US\$ 51 mil que lhe foram dados pelo deputado Genebaldo Correia, em três cheques de junho de 1989, mal justificados com a história da compra de um consórcio de uma camioneta F-1000.

O que há, de fato, nas contas de Ibsen é um estoque de US\$ 612 mil. Esta é a renda líquida mais grossa, digamos assim, levantada pela Subcomissão de Bancos, pois não estão contabilizados aí pequenos depósitos. A diferença entre esses US\$ 612 mil e o milhão de dólares anunciado é o que compõe a chamada movimentação bancária, a soma de créditos registrados em suas contas nas operações de todo tipo em vários bancos.

De qualquer forma, a renda líquida de US\$ 612 mil é incompatível com o salário de deputado federal de Ibsen. É isso que ele tem que explicar de agora em diante à nação e particularmente aos amigos que ainda têm dificuldades de aceitar que haja tido uma vida pública digna e exemplar e uma vida privada suja de lama.

Na primeira explicação que deu, foi atropelado pela F-1000 de seu consórcio com os *anões* do Orçamento. Podia ter assumido que uma boa parte do dinheiro achado em suas contas era sobra de campanha eleitoral. No máximo, seria enquadrado numa contravenção, e não em crime. Ibsen preferiu montar para si próprio uma *Operação Uruguai*, como a que o país inteiro condenou em Fernando Collor, na época do processo de *impeachment* que tão bem conduziu como presidente da Câmara dos Deputados.

Ibsen, a esta altura, pode reclamar de tudo, menos que não está tendo todas as chances possíveis para se defender. O fiscal corrupto apanhado por causa de apenas US\$ 100 na semana passada em São Cristóvão, bairro do Rio de Janeiro, não teve o benefício da dúvida. Está na cadeia.